

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 6.468, DE 2002

Acrescenta § 5º ao Art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre a inscrição do registro profissional de médico em caso de exercício da atividade em cidades de fronteiras entre Estados jurisdicionados à diferentes Conselhos Regionais.

Autor: Deputado Vicente Caropreso

Relator: Deputado Darcísio Perondi

I - RELATÓRIO

A proposição ao acrescentar dispositivo ao art. 18 da Lei nº 3.268, de 1957, que “dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências”, permite que o profissional médico, que atue em municípios fronteiriços entre Estados jurisdicionados a distintos Conselhos Regionais, opte por um único registro, que lhe assegurará atuar em cidades com jurisdição diferente da sua inscrição.

Em justificativa, considera importante a medida, por facilitar a atuação do profissional médico em cidades vizinhas de Estados diferentes, sem qualquer prejuízo ao controle e fiscalização do exercício desse profissional, preservando-se, assim o interesse público.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Cabe a esta Comissão manifestar-se conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do ilustre Deputado Vicente Caropreso merece ser louvada, por proporcionar a solução de inúmeros problemas relacionados à atuação do profissional médico em cidades contíguas de estados vizinhos.

A realidade dessas cidades, com freqüência, supera as fronteiras formais. Assim ocorre também no âmbito da saúde e, particularmente, na atuação do profissional médico.

A exigência de que esse profissional fosse registrado no Conselho Regional de Medicina cuja jurisdição alcance o município em que atua tem trazido enormes dificuldades, especialmente em razão de o médico ser obrigado a se registrar em mais de um Conselho para exercer seu ofício em municípios vizinho de Estados diferentes.

Assim, o projeto de lei que ora analisamos atende reivindicação antiga da classe médica, que, como bem salienta o seu autor, foi corroborada pelos Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Medicina.

Trata-se de medida simples, mas de resultados relevantes. Cabe destacar que o profissional manterá todos os seus direitos e obrigações, que estarão sujeitos ao controle e fiscalização do Conselho Regional a que esteja filiado, mesmo no exercício de sua profissão no município de outro estado cuja jurisdição seja de outro Conselho Regional.

Em outras palavras, o Conselho Regional de um determinado estado terá poderes de fiscalização e controle sobre o exercício do profissional nele inscrito até nos municípios vizinhos pertencentes a outro estado.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável ao Projeto de Lei nº 6.468, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2002 .

Deputado Darcísio Perondi
Relator